

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS URBANOS NA LAGOA DE GUARAJUBA - CAMAÇARI-BA

Luís Eduardo dos Santos Lima ¹

RESUMO

A questão ambiental é um tema relevante no contexto da qualidade de vida da sociedade. Em função de um comportamento consumerista o homem vem acumulando consideravelmente o volume de resíduos urbanos produzidos, gerando consequências desastrosas e reduzindo a sua qualidade de vida. O adequado tratamento dos resíduos urbano da APA de Guarajuba representa uma vertente de sustentabilidade que encerra um conjunto de procedimentos para proteger os efeitos dos resíduos sobre a coletividade. Objetiva-se, com esse artigo, o diagnóstico e a análise socioambiental do gerenciamento das políticas públicas ambientais referentes ao descarte dos resíduos na APA - Lagoa de Guarajuba, situada no município de Camaçari - BA, bem como caracterizar a APA - Lagoa de Guarajuba quanto à sua história, localização e principais aspectos econômicos em relação à situação dos resíduos urbanos; Mapear as políticas de gestão sobre os resíduos urbanos, estudar sua destinação correta, seus impactos ambientais, econômicos e sociais; Propor ações socioambientais para potencializar o gerenciamento de resíduos, assim como, ações mitigatórias dos impactos causados pela atual forma de disposição de resíduos.

Palavras - chave: Área de Proteção Ambiental (APA). Políticas Públicas. Sustentabilidade. Resíduos Sólidos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade analisar alguns elementos que contribuíram para o inadequado gerenciamento dos resíduos sólidos na Área de Proteção Ambiental (doravante APA) da Lagoa de Guarajuba, localizada no município de Camaçari-BA. Para tal, buscou-se o diagnóstico socioambiental que essa problemática fez surgir, sem nenhuma pretensão de exaurir o tema, vez que são inúmeros fatores envolvidos, alguns deles até hoje desconhecidos.

Dessa forma, é necessário tratar sobre sua contextualização demográfica, características econômicas e população residente na área de Guarajuba, vez que quando o Polo Petroquímico de Camaçari-Ba foi instalado, não se pensou previamente que seria

¹ Advogado e Professor de Direito Ambiental, Direito Constitucional e Direitos Humanos da UNINASSAU – Centro Universitário Mauricio De Nassau e da Faculdade Metropolitana de Camaçari - FAMEC. Aluno do Mestrado de Planejamento Ambiental, disciplina Seminário, da Universidade Católica do Salvador - UCSAL.

necessário modificar a infraestrutura da sede, assim como de sua região litorânea para abrigar o crescimento populacional.

Durante muitos anos a humanidade julgou-se superior a toda espécie de seres vivos. Na concepção contemporânea observa-se uma mudança de paradigma, o antigo modelo era pautado na industrialização, no crescimento econômico e no progresso ilimitado acima de tudo e de todos. O novo modelo se curva à ideia de sistematização e integralidade entre o homem e o meio ambiente, sendo esse o único e exclusivo caminho ou meio de se assegurar condições da própria perpetuação da espécie humana.

Contudo, a sociedade, ancorada no consumo exacerbado, tem agido de forma desordenada e irracional na busca por conforto e mais serviços, o que tem elevado o nível de produção de resíduos de todas as espécies e contribuindo para a degradação ambiental. A política capitalista que almeja obter melhor posicionamento social e absorver bens de consumo, tem tornado nas grandes metrópoles e regiões metropolitanas o descarte de material indesejado um problema de calamidade pública.

De acordo com o entendimento de Holthausen (2006):

O mercado consumidor teve seu grande desenvolvimento a partir da Revolução Industrial, assim entendida, como algo evolutivo, que durou décadas, mas que transformou, por completo, as relações entre consumidores, fornecedores e Estado. A Globalização, o encurtamento das distâncias, tecnologia, aparecimento e desenvolvimento da publicidade e marketing, foram alguns fatores que permitiram que os avanços dos ideais capitalistas e disseminação dos produtos acontecessem no mercado mundial. (HOLTHAUSEN, 2006)

Ao analisar historicamente a evolução humana, observa-se que o nível de materiais descartados era menor. Boa parte da sociedade vivia no campo e os seus resíduos eram enterrados, retornando ao solo e continuando seu ciclo natural. Com a implantação de medidas contemporâneas de tratamento e destinação dos resíduos e a ocorrência do aumento da população urbana, a coleta e acumulação inadequada dos resíduos urbanos passaram a ser um problema de saúde pública.

Segundo Dionysio e Dionysio (2009, p. 01):

Até meados do século XVIII, a maior parte do lixo era formado por restos de alimentos. Após a Revolução Industrial na Europa, a “cara” do lixo começou a mudar. Houve uma grande exploração de recursos naturais em todo o planeta e, ao mesmo tempo, a produção de uma quantidade enorme de resíduos, cujo impacto ambiental era desconhecido. Mesmo se organizando para que seja feita a coleta desse material, a sociedade ainda enfrenta muitos problemas, pois cada vez mais a produção de lixo aumenta (DIONYSIO; DIONYSIO, 2009, p.1)

A vida moderna trouxe as grandes descobertas tecnológicas melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, causando um desequilíbrio ao meio ambiente. O Estado ao identificar que essa problemática restringia a qualidade de vida dos indivíduos buscou disciplinar a utilização dos recursos naturais, mas, existe um movimento em defesa do desenvolvimento que se apresenta com um modelo distorcido da verdadeira ideia do que seria crescimento econômico, oferecendo resistência a todas as formas ou ações que restringe suas atividades.

Dantas e Feitosa (2009) afirmam que:

O que deve ocorrer a partir de agora é a conscientização de que o bem ambiental é quase que intocável, devendo a humanidade buscar outras alternativas para se desenvolver economicamente, e não continuar “conciliando” (melhor dizendo, privilegiando) o crescimento econômico, que gera degradação ambiental, em face da preservação, sob pena do desenvolvimento sustentável se tornar um embuste, um escudo falacioso para continuar permitindo a degradação.(DANTAS; FREITAS, p. 2912)

O armazenamento dos resíduos urbanos constitui um dos grandes problemas que ameaçam a vida da humanidade e a sociedade contemporânea, além de poluir o solo, a água e o ar, também atrai animais que veiculam doenças.

Ao contrário das sociedades antigas que só produziam o necessário para a sua sobrevivência, viver em uma sociedade consumista pautada em preceitos capitalistas, onde as pessoas têm valor pela quantidade de bens que possuem representa uma ameaça ao desequilíbrio do meio ambiente. No entendimento de Camargo (1992, p. 11-12) “quanto maior o poder aquisitivo da remuneração devida aos agentes econômicos, maior a possibilidade de consumir”.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Lima (2010, p.1686) afirma que:

Por mais importantes que tenham sido as mudanças proporcionadas pela industrialização e, mais adiante, pela globalização, o intenso ritmo de produção, aliado ao consumo exacerbado acarretou a depredação ambiental, de forma a comprometer a própria vida no planeta.

Portanto, é preciso tomar providências ainda quando se têm tempo de proporcionar uma vida melhor às novas gerações que estão por vir, pois, caso contrário, não haverá que se falar em meio ambiente equilibrado.

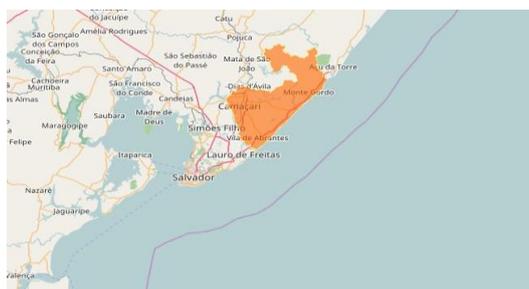
Logo, agora é o momento de propor mudanças para o bem-estar de toda a população brasileira, quiçá mundial.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

A cidade de Camaçari, importante município do Estado da Bahia, localiza-se a aproximadamente 41 km de Salvador. Faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS), conforme mapa apresentado na Figura 1². É um município também conhecido como Cidade Industrial por reunir inúmeras indústrias químicas, petroquímicas e automobilísticas em uma mesma região.

Conforme números do IBGE³, Camaçari é a quarta cidade em números populacionais e a segunda maior da RMS, ficando atrás apenas da própria capital. O mapa da Figura 1 demonstra a proximidade do município com a capital e as demais regiões metropolitanas, como Simões Filho e Lauro de Freitas, assim como sua facha litorânea que, há aproximadamente três décadas, vem despertando interesse dos empresários do setor hoteleiro.

Figura 1 - Mapa da RMS



O município é conhecido pelos vários quilômetros de belas praias e é um dos roteiros turísticos mais divulgados da RMS por ainda possuir uma natureza preservada e pouco conhecida e explorada pelo homem, o que inclui várias áreas de conservação ambiental.

De acordo com Parente (2008, p. 213):

A área selecionada de Camaçari dispõe de posição geográfica privilegiada, distando apenas 40 Km de Salvador, 20 Km do CIA e 30 Km da RLAM. Oferece as possibilidades de utilização de três portos: de Salvador, Madre de Deus (pertencente à Petrobrás), e o de Aratu. O local é servido por via férrea e possui bom sistema rodoviário. Dispõe também de bacias hidrográficas, já citadas anteriormente, excelente clima, além de contar com o suprimento de energia hidroelétrica de Paulo Afonso. Tem uma área de 235 Km², abrangendo os municípios de Camaçari, Dias D'Ávila (que na época era distrito), diversos acessos e mais de 45 empresas, a maioria, químicas e petroquímicas, metalurgia do cobre, celulose, manutenção industrial, bebidas, transporte, têxtil e utilidades públicas, estruturado para operar como sistema integrado.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13. out. 2016.

³ Idem.

Dessa forma, é possível compreender como a localização do Município de Camaçari favoreceu a instalação do Complexo Industrial e da instalação das fábricas, que necessitam dos portos para entrega e distribuição dos materiais utilizados e fabricados.

Segundo o Instituto do Meio Ambiente e Recurso Hídricos (INEMA), a APA Lagoa de Guarajuba, localizada no município de Camaçari-Ba, com cerca de 230 ha, foi criada com o objetivo de proteger uma das mais importantes áreas úmidas do Litoral Norte da Bahia.

A finalidade das unidades de conservação é garantir e assegurar a manutenção da área protegida, em tempo, vale ressaltar que a APA Lagoa de Guarajuba ainda não possui um plano de manejo, dificultando um adequado gerenciamento da APA, uma vez que as ações, políticas, normas, planos e zoneamento são delineados no Plano de Manejo.

Na análise de Granziera (2011, p.492):

O ponto central de discussão a respeito das Unidades de Conservação refere-se à sua gestão, que está intimamente ligada à efetividade da Lei do SNUC. A implantação do espaço é fundamental, tanto quanto o desenvolvimento de mecanismos administrativos relacionados com a efetiva proteção do espaço, no que se refere às atividades de gestão, como, por exemplo, a comunicação junto às populações tradicionais, a fiscalização, a imposição de penalidades, a educação ambiental.

Mais um motivo para preocupar-se imediatamente com a conservação ambiental de áreas como esta a ser estudada.

3 MARCO LEGAL

A normatização da legislação ambiental brasileira vem passando por grandes mudanças, o que se pode notar a partir do cenário legal ambiental nacional que, ao longo de sua história, sofreu grandes influências externas, visto que a natureza tem se mostrado insatisfeita com o tratamento que vem sendo conferido a ela.

Antes da CF-1988 (Constituição Federal) o que se tinha eram microssistemas jurídicos de proteção da tutela ambiental, legislações esparsas que disciplinavam elementos setoriais do meio ambiente tais como solo, água, florestas, fauna, de forma fragmentada fundamentada no direito civilista.

Na análise de Padilha (2010, p.101):

No que diz respeito à legislação infraconstitucional, anterior a Constituição Federal de 1988, há alguns textos normativos que contribuíram, de forma importante, para a sistematização do Direito Ambiental, mas a grande maioria espelhou apenas uma preocupação de apropriação privada dos recursos ambientais, sem qualquer intenção de uma sistematização para a construção teórica do sistema de jurisdição ambiental.

São exemplos de marco legal da APA Lagoa de Guarajuba: A Resolução do Conselho Estadual do Meio ambiente - CEPRAM de nº 387 de 27 de fevereiro de 1991 e Zoneamento: Resolução CEPRAM nº 388 de 12 de março de 1991; Lei nº. 12.305-2010 – Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS e Lei nº.9.985-200 – Sistema Nacional de Unidade de Conservação– SNUC.

Na análise de Granziera (2011, p.492):

O ponto central de discussão a respeito das Unidades de Conservação refere-se à sua gestão, que está intimamente ligada à efetividade da Lei do SNUC. A implantação do espaço é fundamental, tanto quanto o desenvolvimento de mecanismos administrativos relacionados com a efetiva proteção do espaço, no que se refere às atividades de gestão como, por exemplo, a comunicação junto às populações tradicionais, a fiscalização, a imposição de penalidades, a educação ambiental.

A lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1982, corresponde a um dos maiores legados infraconstitucional já visto em matéria de proteção da tutela ambiental antes da Constituição Federal de 1988, esta lei pela primeira vez compatibilizou o desenvolvimento econômico-social ou socioambiental com a preservação do meio ambiente.

Na análise de Padilha (2010, p.110):

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente inovou, na abordagem sistêmica dada à questão ambiental, passando a considerar o meio ambiente enquanto patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo. Também se posicionou no sentido de definir, legalmente, o meio ambiente, como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. A Lei ainda definiu a poluição enquanto a degradação da qualidade ambiental, e poluidor, tanto a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

Vale ressaltar que a região onde se localiza a APA Lagoa de Guarajuba tem grande potencial turístico e belo cenário natural, sendo alvo de cobiça, despertando o mercado imobiliário, proporcionando a expansão urbana desregrada, sem estrutura sanitária adequada e política de ocupação do solo urbano fora dos padrões pré-estabelecidos legalmente, o que caracteriza o litoral norte como um vetor de expansão urbana.

O grupo de unidades de uso sustentável é subdividido em sete categorias de unidade de conservação, a saber: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. (MACHADO, 2011).

A Lagoa de Guarajuba e seu entorno constituem uma área de proteção ambiental, tendo certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estético e cultural. Foi criada com o objetivo de preservar a biodiversidade e conter a crescimento populacional desordenado, assegurar a sustentabilidade e o correto uso dos recursos naturais.

Os impactos ambientais provocados pelo descarte de resíduos urbanos localizado na APA Lagoa de Guarajuba, nas imediações da praia de Guarajuba, no município de Camaçari-Ba, constituem um problema diretamente vinculado ao crescimento populacional, à especulação imobiliária e má administração dos resíduos sólidos ali produzidos, feita pela Prefeitura de Camaçari-Ba.

Leuzinger & Cureau (2013, p.220) defendem que a gestão integrada de resíduos começou a surgir na década de 1980, após o evento Rio/92, juntamente com o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo associado à gestão de resíduos.

Segundo Machado (2011, p.904),

As unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, (art. 2º, I, da Lei 9.985-2000).

A forma adequada de utilização da APA de Guarajuba seria obter um equilibrado diagnóstico ambiental da área da APA Lagoa de Guarajuba, assim como fornecer subsídios para uma futura elaboração de um plano de manejo, que corresponde ao principal instrumento de gestão das Unidades de conservação.

Segundo Granziera (2011, p. 504):

A elaboração do Plano de Manejo é fundamental para que se efetivem as regras legais de proteção das Unidades de Conservação. De nada adianta instituir um espaço, designando-o como de proteção integral ou desenvolvimento sustentável, sob as regras do SNUC, se não houver, especificamente para ele, a partir do conhecimento técnico que deu causa à decisão de inseri-lo em um regime jurídico protecionista, um planejamento sobre as possibilidades de uso, os desafios relativos à proteção dos bens que se encontram em risco e outras decisões atinentes a transformar, de fato, a unidade em um espaço efetivamente protegido.

Dessa forma, é imprescindível trabalhar com um Plano de Manejo de proteção ambiental, de forma integrada com os setores públicos para proteger áreas de proteção ambiental, como é a Lagoa de Guarajuba no Município de Camaçari/Ba.

4 ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

O Município de Camaçari experimentou nos anos 1970/1980 uma grande mudança em sua economia com a implantação do Polo Petroquímico. Para o Estado da Bahia a instalação do II Polo Petroquímico em Camaçari representou, à época, o início do processo de industrialização, uma vez que o Nordeste vivia basicamente dos investimentos da exportação do cacau.

Assim, no ano de 1972 é fundada a COPENE, Companhia Petroquímica do Nordeste (atual Braskem), que se instalou com a finalidade de realizar o detalhamento dos trabalhos técnicos e econômicos.

Em 1976 inicia-se a operação das primeiras unidades da central de utilidades, passando a abastecer vapor, energia elétrica e água para as primeiras fábricas que começam a produzir no complexo. Em 1977 e 1978 cresce as atividades de construção, montagem e operação e, com isso o número de trabalhadores chega a 26 mil pessoas.

Em 1978, o presidente Ernesto Geisel, que era presidente da Petrobrás, inaugura a empresa COPENE, junto com mais dez indústrias do complexo básico, dando início às atividades do Polo Petroquímico de Camaçari, como o objetivo de suprir parcela significativa da demanda nacional por produtos químicos, básicos e intermediários, que se mostrava em ascensão⁴.

Conforme Alcoforado (2016):

Todo esse conjunto de empreendimentos foi concentrado na RMS - Região Metropolitana de Salvador que responde por 70% da produção industrial do Estado. A consolidação da industrialização na Bahia fez com que ocorressem profundas transformações na estrutura econômica do Estado, com uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral. O desenvolvimento desses setores fez com que a Bahia se transformasse em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias primas e bens intermediários.

Segundo publicação do jornal A Tarde de 10 de setembro de 1977, Camaçari recebeu neste período uma quantidade muito grande de migrantes, que chegaram a representar 80% da população e que vinham de suas cidades do interior da Bahia em busca de melhores condições de vida, “fugindo” da agricultura e das lavouras, inclusive, alguns, sem nenhum grau de escolaridade e sem condições de trabalhar em atividades mais elaboradas. Assim, a prefeitura foi obrigada a repensar a questão da habitação, saneamento e educação para todos que aqui se instalavam.

⁴ Prefeitura Municipal de Camaçari. Disponível em: http://www.camacari.ba.gov.br/detalhe_noticia.php?cod_noticia=3061. Acesso em 13. out. 2016.

Só em nível de dados estatísticos⁵:

No início da década de 70, Camaçari tem 34. 281 habitantes, e no final da década, 25 mil pessoas são registradas só como trabalhadores do complexo, e a população total estava na faixa de 80, 90 mil habitantes, efeitos do crescimento. O censo de 2010 aponta em Camaçari uma população de 242.984 pessoas, que aponta um crescimento demográfico nessa década de 81.257 novos moradores. Desses 61 mil são migrantes, que segundo a prefeitura vem de diversas cidades, em torno de mil e quinhentas cidades diferentes.

É importante ressaltar que a administração deste Complexo Petroquímico é de responsabilidade do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), formada por uma associação empresarial privada, que representa mais de 60 empresas no Polo Industrial de Camaçari e em suas áreas de influência⁶.

Com a implantação do Polo foi necessário investir na infraestrutura de estradas e rodovias (BA 093), para facilitar o transporte de materiais a serem utilizados nas indústrias e das pessoas que ali passaram a trabalhar.

Um dos maiores problemas enfrentados nesta época foi a falta de habitação para aqueles que tinham alto padrão de vida, que eram “chefes” e que não tinham interesse em residir no município, o que acabou levando-os para residir na Orla de Camaçari, em razão da proximidade com o município.

No ano de 2000, ocorreu a instalação do complexo automobilístico Ford, em razão dos incentivos fiscais e, a criação do Polo de Apoio, o que atraiu ainda mais habitantes sem nenhuma estrutura habitacional para se manter na região e, causando um problema ainda maior em relação à precária infraestrutura da sede.

Mais uma vez o litoral de Camaçari passou a ser o destino de muitos trabalhadores que fugindo da falta de infraestrutura da sede, migram para destinos como Guarajuba passando a residirem em condomínios de alto padrão, aquecendo o mercado imobiliário e, com isso a ocorrência de diversas arbitrariedades por parte de empresários e veranistas.

A cidade de Camaçari é uma das mais ricas da região metropolitana de Salvador. Seu Produto Interno Bruto (PIB), verificado em 2013 pelo IBGE, estava basicamente concentrado em impostos arrecadados. Além disso, no ano de 2007, era o segundo maior PIB do Estado e o 34º maior do país, com cerca de 14 bilhões de reais, aproximado.

A sua transformação em cidade industrial refletiu-se sobre as condições ocupacionais, ambientais, habitacionais e urbanas do município. No ano de 2016, a população estimada pelo

⁵ Jornal A Tarde. 10 set. de 1977. Disponível em: <http://historiadecamacari.blogspot.com.br/p/camacari-uma-cidade-de-migrantes.html>. Acesso em 13. out. 2016.

⁶ Disponível em: <http://www.coficpolo.com.br/2012/interna.php?cod=27>. Acesso em: 13. out. 2016.

IBGE é de 292.074, ao passo que em 2010 era de 242.970, demonstrando um aumento considerável, para “pouco” investimento em habitação, educação e demais condições urbanas da cidade.

Título	Agropecuária	Indústria	Serviços
Produto Interno Bruto (Valor Adicionado ao)			
Camaçari	11.873	5.012.606	4.238.056
Bahia	6.725.960	25.160.405	46.352.387
Brasil	105.163.000	539.315.998	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA⁷.

Conforme Alcoforado (2016), esse processo de industrialização ocorreu tardiamente no Estado da Bahia quando em comparação com os países líderes do capitalismo mundial, ou seja, cerca de 40 anos atrás em relação ao que ocorreu na cidade de São Paulo, no Brasil. Afinal, a industrialização do Estado da Bahia concentrou-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em razão do trabalho do Governo Federal e dos investimentos nacionais e estrangeiros, em razão de incentivos fiscais que foram concedidos.

Produto Interno Bruto dos Municípios – 2013 – Camaçari/BA

Título	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração e Serviços Públicos	Impostos
PIB	11.872,514	5.012.605,928	4.238.056,332	784.098,887	4.655.807,663

Fonte: IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2013. (1) Exclusive Administração e Serviços Públicos.

Na tabela acima é possível perceber o Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Camaçari em algumas áreas de atuação, ficando a indústria com a maior arrecadação. De forma complementar e geral, na tabela abaixo se têm o comparativo do PIB entre Camaçari, Bahia e Brasil, nos anos de 2010 a 2013.

⁷ NOTA: Os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios para o período de 2010 a 2013 (série revisada) têm como referência o ano de 2010, seguindo, portanto, a nova referência das Contas Nacionais.

Produto Interno Bruto *per capita* 2010 - 2013

Ano	Camaçari	Bahia	Brasil
2010	53.464,89	11.012,336	20.371,642
2011	49.277,4	11.817,757	22.734,558
2012	48.980,46	12.858,323	24.779,532
2013	53.351,87	13.577,736	26.445,715

Fonte: IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2013.

Já na tabela a seguir tem-se o número de pessoas ocupadas nas áreas de agricultura, comércio, indústria e serviços nos anos de 2007 a 2013, demonstrando que o número de pessoas ocupadas na indústria teve uma queda nos anos de 2012 e 2013, ao passo que o número de pessoas ocupando o comércio teve seu auge no ano de 2012.

Pessoas ocupadas por setor 2007 - 2013

Ano	Agricultura	Comércio	Indústria	Serviços
2007	96	5.151	35.813	19.962
2008	107	5.851	36.330	27.821
2009	96	6.514	34.404	25.423
2010	188	6.906	37.891	27.907
2011	189	7.582	42.755	28.109
2012	174	10.063	40.779	27.560
2013	224	9.184	40.595	27.958

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

A população camaçariense sofreu um aumento significativo nos anos 70 e 80, com a implantação do Pólo Industrial, o que não resta dúvidas, pois, foi nesse período que as oportunidades de empregos foram surgindo juntamente com a necessidade da força de trabalho para as inúmeras indústrias que foram se estabelecendo nesta região.

No entanto, o que era perceptível é que as pessoas que ganhavam maiores salários, não residiam no Município, ou porque buscavam uma qualidade de vida melhor, longe do “ar” considerado até hoje poluído, ou porque queriam residir próximo ao litoral.

Conforme Yaşodã (2016):

Desde meados da década de setenta, quando a implantação do pólo petroquímico transformou o antigo município estagnado, de base agrícola,

em um importante pólo industrial, Camaçari passou a atrair intensos e continuados fluxos de migrantes, que contribuíram decisivamente para um crescimento significativo da população do município e do seu grau de urbanização⁸. Com uma taxa média geométrica de crescimento anual de 4,04% entre os períodos de 1991-2000, a população de Camaçari chegou a 161.727 habitantes, nesses últimos anos, elevou-se para patamares na casa de 191.855 habitantes em 2005, de acordo com IBGE.

Dessa forma, assim como o Brasil, a cidade de Camaçari, não se preparou para receber o número de habitantes que surgiram em razão da instalação do Polo Petroquímico e da mão de obra que se tornou necessária para o seu crescimento industrial em equilíbrio com a concepção de sustentabilidade.

Segundo Ivo (2013, p.135):

Desenvolvimento sustentável é uma noção fundadora das ciências humanas, que incorpora a preocupação com o meio ambiente como um desafio a continuidade e generalização das formas convencionais de produção e consumo na economia capitalista contemporânea.

5 RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos compreendem os materiais descartados e indesejáveis produzidos pelo homem, seja eles orgânicos ou não. Na prática a expressão "lixo" serve para designar tais desejos inúteis e nocivos.

Com o grande crescimento dos serviços e consumo, a qualidade de produtos descartáveis tem aumentado. A insolência cada vez mais presente nos manufaturados, impõe as pessoas manter os bens de consumo por menos tempo, sendo substituídos por outros novos e fazendo o ciclo de vida de cada componente industrial recomeçar.

A Lei 12.305/2010 define toda a sistemática para a gestão de resíduos, em seu art. 3º, inciso XVI, observa-se o seguinte:

Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

Infere-se da definição que tudo o que é descartado em decorrência das atividades sociais humanas é considerado resíduo sólido. A lei não enfrenta se o descarte é promovido em função do esgotamento das características e das propriedades originais da matéria, substância, o objeto ou bem, ou se o descarte é promovido em função de uma análise

⁸ Cerca de 95,5 % em 2000, fonte da SEI/BA.

subjetiva do indivíduo daquilo que se pode ser considerado inserível para a sociedade humana.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, as responsabilidades dos geradores, do poder público, e dos consumidores, bem como os instrumentos econômicos aplicáveis. Consagrando princípios como o da prevenção e precaução, do poluidor-pagador, da eco eficiência, da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, do reconhecimento do resíduo como bem econômico e de valor social, do direito à informação e ao controle social, entre outros (BRASIL, 2010).

É possível admitir que o descarte de resíduos sólidos pressupõe o esgotamento das características preponderantes da matéria, substância, objeto ou bem, de forma a torna-los inservíveis para a finalidade para a qual foram concebidas. É o exemplo das pilhas, baterias, dos alimentos, dos resíduos de poda de árvores e variação de embalagens etc. (MILARÉ, 2009).

O município de Camaçari-Ba é o responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da região de Guarajuba. No entendimento da Lei nº .12.305/ 2010, a gestão dos resíduos sólidos cabe ao município em todos os níveis governamentais e privados sendo oportuno o seu adequado gerenciamento.

A política de resíduos sólidos no Brasil é aplicável de maneira indistinta a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privada, responsáveis, direta e indiretamente, pela geração de resíduos sólidos ou ainda outras que estejam ligadas ao gerenciamento de materiais descartáveis, retirados desta comenta o chamado lixo radioativo, que, devido à sua complexidade no manuseio e segurança, possuem legislação própria. (MACHADO JUNIOR, 2008).

A gestão integrada compreende o conjunto de meios e estratégias baseadas no desenvolvimento sustentável para destinação final dos resíduos. Além disso, aplicam-se aos resíduos sólidos as Leis nº . 11.445, de 5 de janeiro de 2007, nº. 9.974, de 6 de junho de 2000, e nº. 9.966, de 28 de abril de 2000, assim como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO). (Antunes, 2005).

Em tempo, vale ressaltar que existem três maneiras de dispor os resíduos sólidos na modalidade “lixo”: O lixão que constitui uma área a céu aberto onde os resíduos sólidos são

depositados, sem nenhum critério de impermeabilização do solo, procedimento vedado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos; O Aterro controlado, que corresponde a uma espécie remediada do lixão, coberto por terra e sucessivamente camadas de terra e lixo, sem procedimento de impermeabilização do solo; O aterro Sanitário, depósito de lixo que obedece condicionantes normativas com a finalidade de minimizar os impactos sobre o meio ambiente.

Observa-se que nos países de primeiro mundo há uma preferência pelo aterro sanitário. Mas muitas vezes por conta da falta de espaço físico, alguns países da Europa como Espanha, Alemanha, França e Grécia investem grandes recursos nos incentivos à reciclagem como forma de diminuir quantitativamente o lixo.

Os resíduos sólidos produzidos pelos moradores dos diversos condomínios e hotéis localizados na região de Guarajuba, armazenados de forma inadequada na APA de Guarajuba provocam sérios impactos e perturbação ao meio ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise tem como finalidade precípua sensibilizar e conscientizar à comunidade e o poder público, por meio de educação ambiental e políticas públicas, apresentando os benefícios e as vantagens advindas do uso adequado do sistema de coleta dos resíduos urbanos, e o porquê de não descartar os referidos resíduos na APA – Lagoa de Guarajuba, despertando na comunidade local uma visão crítica e reflexiva sobre a proteção do meio ambiente em especial a proteção da APA, por meio de uma adequada prática de descarte de lixo.

Devido a suas particularidades, a legislação pátria determinou a defesa do meio ambiente, mas, a proteção desse direito não é uma inovação legal que os fez nascer, contudo, as mudanças sociais e econômicas experimentadas no mundo contemporâneo vêm agravando os problemas ambientais.

O processo de degradação da APA - Lagoa de Guarajuba, decorrente do descarte inadequado de resíduos urbanos dos condomínios, hotéis, pousadas e residências localizadas em Guarajuba, no município de Camaçari-Ba, assim como, desmatamentos e ocupações irregulares da APA, sinalizando os principais impactos ambientais, suas causas e consequências no contexto turístico local.

Mesmo que desde 2010 a prefeitura municipal de Camaçari-Ba tenha desativado uma localidade onde se descartavam os resíduos urbanos, o suposto “lixão” na APA – Lagoa de Guarajuba, na prática o processo de degradação ambiental na área protegida continua a ser

uma pratica recorrente. A área objeto desse estudo foi criada para resguardar e proteger a biodiversidade, é um importante instrumento para conservação.

Importante salientar a importância da prática da sustentabilidade, o desenvolvimento socioeconômico atrelado com a preservação da área de preservação permanente, para que a presente e futura gerações possam usufruir e explorar os recursos naturais de forma racional e equilibrada.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando Antônio Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/41961>. Acesso em: 10. set. 2016.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1999.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. BRASIL (2010)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <http://www.portalresiduossolidos.com/lei-12-3052010-politica-nacional-de-residuos-solidos/>. Acesso em 10. set. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 02 de setembro de 1981.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em: 25 Out. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 12.305/2010**, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. **Interpretação e Aplicação do Código de defesa do Consumidor**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1992.

DANTAS, Thiago Braga. FEITOSA, Enoque. Os Princípios Ambientais e o Conceito de Sustentabilidade: Gerações Futuras diante dos recursos naturais do Brasil. **Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI** (São Paulo/SP). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

DIAS, Marion Cunha. **Índice de salubridade ambiental em áreas de ocupação espontânea**: Estudo em Salvador, Bahia. 2003.

DIONYSIO, Luís Gustavo; DIONYSIO, M., Renata Barbosa. **Lixo Urbano: descarte e reciclagem de material**. 2009. Disponível em: http://web.ccead.pucrio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_lixo_urbano.pdf. Acesso em: 26 out. 2016.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOLTHAUSEN, Fábio Zobot. Responsabilidade civil nas relações de consumo. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 35, 01/12/2006. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1409. Acesso em: 23 de out. de 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13. out. 2016.

IVO, Anete B. L. **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 Problemáticas Contemporâneas**. Annablume trabalho, 2013.

LEUZINGER, Marcia Dieguez e CUREAU, Sandra. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, Ana Karmen Fontenele Guimaraes. **Consumo e Sustentabilidade: Em busca de novos paradigmas numa sociedade pós-industrial**. In: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI (Fortaleza/CE). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

MACHADO JUNIOR, Olavo. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: Conceitos e informações gerais**. Minas Gerais: Sistema Fiemg, 2008.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 6^a edição. São Paulo: Ed. Ver. Dos Tribunais, 2009.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro**. Campos jurídicos, 2010.

PARENTE, Sandra. **Camaçari: Sua história sua gente**. Salvador: Egba, 2008.

PARENTE, Sandra. **Histórias que não contei**. Salvador: Fast Design, 2007.

YASODÃ, D.F.D. **Pobreza e Transferência de Renda no universo da Região Metropolitana da cidade de Salvador**. Disponível em: www.uff.br/lassal/images/stories/jornadas/artigo/Denise. Acesso em: 14. out. 2016.

História de Camaçari. Salvador: Jornal A Tarde, 10 de set. 1977. Disponível em: <http://historiadecamacari.blogspot.com.br/p/camacari-uma-cidade-de-migrantes.html>. Acesso em: 13. out. 2016.

Pólo Industrial de Camaçari. Disponível em: <http://www.coficpolo.com.br/2012/interna.php?cod=27>. Acesso em: 18. out. 2016.